

**QUADRO COMPARATIVO**  
**REGULAMENTO PRÓPRIO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO IGESDF**

Resolução CA/IGESDF nº 07/2019	Portaria nº 611, de 23 de setembro e 2022	
<p>Art. 1º. Este regulamento estabelece os critérios, adotados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, na contratação de obras, bens e serviços, <b>que se regerá pelos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade, da competitividade, da eficiência, do julgamento objetivo, da vinculação aos critérios fixados no Ato Convocatório, da igualdade de condições entre todos os fornecedores, do procedimento formal e não burocrático, da perenidade do fornecimento de insumos e serviços essenciais à assistência à saúde ininterrupta e de qualidade, da garantia ao contraditório e à ampla defesa, e da busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pelo respeito de sua adequação aos seus objetivos.</b></p> <p>Parágrafo único. Este Regulamento se aplica aos limites de atuação assistencial conferidos ao IGESDF.</p>	<p><b>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>SEÇÃO I – DA FINALIDADE</b></p> <p>Art. 1º Este regulamento estabelece os critérios <b>para aquisições, alienações, contratações e locações pelo Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal – IGESDF, autorização legal conferida pela Lei nº 5.899, de 03 de julho de 2017, alterada pela Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 39.674, de 19 de fevereiro de 2019.</b></p> <p><b>§ 1º A Diretoria Executiva, por meio de Resolução, estabelecerá as normas aplicáveis à utilização de recursos financeiros de pesquisas patrocinadas sob a gestão da Diretoria de Ensino e Pesquisa, aplicando-se o presente regulamento de forma complementar, no que couber.</b></p> <p><b>§ 2º A Diretoria Executiva, por meio de Resolução, fixará as normas de finanças voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos e privados captados pela Diretoria de Inovação, Ensino e Pesquisa, aplicando-se o presente regulamento de forma complementar, no que couber.</b></p>	<p>Os princípios mencionados no artigo 1º (coluna da esquerda) foram tratados separadamente no artigo 2º do novo regulamento (abaixo), com algumas pequenas alterações.</p> <p>Suprimido o parágrafo único, cujo teor pode ser visto no artigo 38, § 3º do novo regulamento.</p>

<p><b>CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b></p> <p>Art. 2º A contratação de obras, bens e serviços, efetuar-se-ão mediante Seleção de Fornecedores, ressalvadas as hipóteses previstas neste regulamento.</p> <p>§ 1º Caberá à unidade administrativa diretamente interessada na contratação de obras, bens e serviços a adoção de todas as providências preliminares a sua efetivação, entendendo-se como tal o fornecimento à unidade responsável pela realização da Seleção de Fornecedores dos Elementos Técnicos e Instruções e demais exigências necessárias para precisar o objeto da contratação.</p> <p>§ 2º Na Seleção de Fornecedores de âmbito nacional, poderão participar pessoas naturais e jurídicas brasileiras ou estrangeiras legalmente autorizadas a funcionar no Brasil.</p> <p>§ 3º A Seleção de Fornecedores de âmbito internacional ajustar-se-á às diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais responsáveis pela política monetária e pela política do comércio exterior.</p> <p>§ 4º A participação em Seleção de Fornecedores implica aceitação integral e irrevogável dos termos do Ato Convocatório, dos Elementos Técnicos e Instruções fornecidas aos interessados pelo IGESDF, e observará este regulamento e normas técnicas aplicáveis, gerais ou especiais do IGESDF.</p> <p>§ 5º A realização de Seleção de Fornecedores não obriga o IGESDF a formalizar o contrato, podendo a Seleção ser anulada, revogada ou cassada a qualquer tempo, por determinação do dirigente que autorizou a Seleção, do que deva homologar o resultado ou assinar o contrato, sem direito dos participantes de pleitear qualquer indenização.</p> <p>§ 6º A escolha da modalidade de Seleção de Fornecedores será feita pela estimativa de valor, estando subordinada aos valores fixados no Capítulo IV.</p> <p>§ 7º As unidades geridas pelo IGESDF ficam autorizadas a realizar pedido de cotação ou cotação digital, bem como dispensa de seleção de fornecedores prevista nos incisos I, II e XII do art. 25 deste Regulamento.</p> <p>§ 8º As solicitações de compras que não se enquadrarem no § 7º deverão ser encaminhadas à Superintendência de Administração do IGESDF.</p>	<p><b>SEÇÃO II – DOS PRINCÍPIOS</b></p> <p>Art. 2º Para atender o disposto no caput do art. 1º, cujo objetivo é a compra de bens ou serviços pelo IGESDF, com o objetivo de garantir a perenidade do fornecimento de insumos e serviços essenciais à assistência à saúde ininterrupta e de qualidade, deverão ser observados:</p> <p>I - os princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência;</p> <p>II - o princípio do julgamento objetivo;</p> <p>III - o julgamento das propostas feito de acordo com os critérios fixados no edital;</p> <p>IV – a igualdade de condições entre todos os fornecedores;</p> <p>V – a garantia ao contraditório e à ampla defesa.</p>	<p>Não foi verificado no novo regulamento capítulo correspondente ao Capítulo II do normativo anterior.</p> <p>O § 3º possui correspondência com o parágrafo 2º, artigo 4º, do novel normativo.</p>
	<p><b>SEÇÃO III – DAS DEFINIÇÕES</b></p>	

<p><b>Art. 3º.</b> Para os fins deste regulamento, entende-se por:</p> <p><b>I</b> - Compra - aquisição remunerada de bens, materiais, equipamentos, gêneros alimentícios, móveis, imóveis e semoventes, para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;</p> <p><b>II</b> - Obra e Serviço de Engenharia - toda construção, reforma, recuperação e ampliação de bem imóvel do IGESDF ou por ele administrado e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia e arquitetura;</p> <p><b>III</b> - Demais Serviços - prestação de qualquer trabalho, intelectual ou manual, quando não integrantes de execução de obra ou serviço de engenharia;</p> <p><b>IV</b> - Seleção de Fornecedores - processo para contratação de obras, bens e serviços realizado mediante critérios definidos para convocação, julgamento e escolha de participantes;</p> <p><b>V</b> - Convocação Geral - modalidade de Seleção de Fornecedores, na qual será admitida a participação de qualquer interessado que cumpra as exigências estabelecidas no Ato Convocatório, observado o Capítulo IV;</p> <p><b>VI</b> - Pedido de Cotação - modalidade de Seleção de Fornecedores dirigida a pelo menos 3 (três) fornecedores, observado o Capítulo IV;</p> <p><b>VII</b> - Mercado Digital - modalidade de Seleção de Fornecedores, por meio eletrônico, em sistema próprio ou de terceiros, na qual será admitida a participação de qualquer interessado que cumpra as exigências estabelecidas no Ato Convocatório, observado o Capítulo IV;</p> <p><b>VIII</b> - Cotação Digital - modalidade de Seleção de Fornecedores, por meio eletrônico, em sistema próprio ou de terceiros, dirigidos a fornecedores previamente cadastrados, observado o Capítulo IV;</p> <p><b>IX</b> - Registro de Preço - procedimento, precedido de Convocação Geral ou de Mercado Digital, adotado para cadastrar o menor preço obtido para determinado bem ou serviços definidos nos incisos I e III deste artigo, no prazo e condições estabelecidos no respectivo Ato Convocatório, viabilizando a possibilidade de sua aquisição direta na medida das necessidades, sem que esse registro importe em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado;</p>	<p><b>Art. 3º</b> Para os fins deste regulamento, entende-se por:</p> <p><b>I</b> – Compra: aquisição remunerada de bens, materiais, equipamentos, gêneros alimentícios, móveis, imóveis e semoventes, para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;</p> <p><b>II</b>- Obra e Serviço de Engenharia: toda construção, reforma, recuperação e ampliação de bem imóvel do IGESDF ou por ele administrado e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia e arquitetura;</p> <p><b>III</b>– Prestação de Serviço: toda atividade realizada por terceiro, podendo ser de forma continuada ou não, com ou sem fornecimento de material ou com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra;</p> <p><b>IV</b> - Demais Serviços: prestação de qualquer trabalho, intelectual ou manual, não integrantes de execução de obra ou serviço de engenharia;</p> <p><b>V</b> – Itens de aquisições recorrentes e serviços correntes: todos os itens e serviços necessários à manutenção e custeio ininterrupto das atividades administrativas e assistenciais do IGESDF;</p> <p><b>VI</b> - Item Padronizado – item integrante do catálogo de padronização do gestor do Sistema Único de Saúde, de aquisição obrigatória no âmbito da rede;</p> <p><b>VII</b> – Solicitação de Demanda de Compra e/ou Contratação: documento inicial elaborado pelas áreas demandantes de aquisições de itens recorrentes e/ou padronizados, bem como, contratação de serviços de caráter ordinário, acompanhado do Elemento Técnico;</p> <p><b>VIII</b> – Processo de Compras e Contratações: também denominado Chamamento, é o processo para contratação de obras, bens e serviços realizado mediante critérios definidos para convocação, julgamento e escolha de participantes;</p> <p><b>IX</b> – Estudo de Viabilidade Técnica: documento elaborado pela área demandante, contendo a análise se o objeto é viável, levando em consideração os custos, os riscos e as vantagens da compra ou da contratação;</p> <p><b>X</b> - Elemento Técnico: documento preliminar contendo a definição do objeto</p>	
--	---	--

<p><b>X</b> - Contratação Integrada - modalidade de contratação que compreende todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;</p> <p><b>XI</b> - Leilão - modalidade de Seleção de Fornecedores, entre quaisquer interessados, para a venda de bens, a quem oferecer maior lance, podendo ser realizado em meio eletrônico, observado o Capítulo IV;</p> <p><b>XII</b> - Alienação - transferência de domínio de bens moveis ou imóveis a terceiros;</p> <p><b>XIII</b> - Pesquisa de Preços - instrumento de coleta de valores para subsidiar os processos de contratação de obras, bens e serviços e ou alimentar o Banco de Preços do IGESDF;</p> <p><b>XIV</b> - Banco de Preços do IGESDF - repositório de valores coletados, ofertados ou contratados para referenciar os processos de contratação de obras, bens e serviços;</p> <p><b>XV</b> - Cadastro de Fornecedores — cadastro de pessoas naturais ou jurídicas interessadas em participar de Seleção de Fornecedores ou contratações do IGESDF;</p> <p><b>XVI</b> - Contrato - todo e qualquer ajuste documental que estabelece os direitos e as obrigações recíprocas do IGESDF e da Contratada;</p> <p><b>XVIII</b> - Ato Convocatório - aviso publicado contendo o objeto e as condições de participação na Convocação Geral, no Mercado Digital ou no Leilão; - Elementos Técnicos - informações relativas a projetos, plantas, cálculos, memórias descritivas ou especificações técnicas;</p> <p><b>XIX</b> - Instruções - esclarecimentos e exigências para participação na Seleção de Fornecedores, tais como: documentos de habilitação, prazos, critérios de julgamento, regime de execução, previsão ou não de reajustamento de preços, garantias e outras julgadas necessárias;</p> <p><b>XX</b> - Homologação - ato pelo qual o responsável pela área de contratações, após verificar a regularidade dos atos praticados pela comissão, ratifica o resultado da Seleção de Fornecedores;</p> <p><b>XXI</b> - Adjudicação - o ato pelo qual o responsável pela área de contratações, após reverificar a conveniência e oportunidade da</p>	<p>de forma precisa, suficiente e clara, e o detalhamento das condições a serem exigidas para a compra ou contratação;</p> <p><b>XI</b> - Edital: documento contendo os elementos essenciais estabelecidos no Elemento Técnico, bem como no processo de compras e contratações, visando a publicização para a seleção de fornecedores.</p> <p><b>XII</b> – Extrato de edital: aviso publicado contendo o objeto e as condições de participação no processo de compras e contratações;</p> <p><b>XIII</b> – Adjudicação: o ato pelo qual o responsável pela área de contratações, após reverificar a conveniência e oportunidade da proposta e da contratação, atribui ao interessado o direito de executar o objeto a ser contratado;</p> <p><b>XIV</b> – Homologação: ato pelo qual o responsável pela área de contratações, após verificar a regularidade dos atos praticados pela comissão, ratifica o resultado da Seleção de Fornecedores;</p> <p><b>XV</b> – Contrato: todo e qualquer ajuste documental que estabelece os direitos e as obrigações recíprocas assumidas entre o IGESDF e a Contratada</p> <p><b>XVI</b> – Registro de Preços – modalidade de contratação, formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, contemplando a intenção de aquisição dos quantitativos descritos no Edital, pelo preço ofertado;</p> <p><b>XVII</b> – Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação celebrado entre o IGESDF e os fornecedores que registram seus preços dentro da quantidade prefixada no edital e dentro do prazo também fixado nele;</p> <p><b>XVIII</b>- Credenciamento: cadastramento de fornecedores aptos a fornecer bens ou serviços, sem exclusividade, de acordo com os prazos e condições estabelecidas no edital;</p> <p><b>XIX</b> - Cadastro de Fornecedores: cadastro de pessoas naturais ou jurídicas interessadas em participar de Seleção de Fornecedores ou contratações do IGESDF;</p> <p><b>XX</b> - Banco de Preços do IGESDF: repositório de valores coletados, ofertados ou contratados para referenciar os</p>	
---	--	--

<p>proposta e da contratação, atribui ao interessado o direito de executar o objeto a ser contratado;</p> <p><b>XXII</b> - Serviços técnicos profissionais - são estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessoria, defesa e acompanhamento jurídicos, consultivos ou contenciosos, assessoria técnica, contábil, econômica, financeira, em tecnologia informação e comunicação, ou em gestão da informação; ou prestação de serviços assistenciais em saúde.</p> <p>Parágrafo único. A Contratação Integrada prevista no inciso X pode compreender a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo e/ou fornecimento de bem;</p>	<p>processos de contratação de obras, bens e serviços.</p>	
---	--	--

<p><b>CAPÍTULO III - ALIENAÇÃO</b></p> <p>Art. 4º. É vedada a alienação de bens imóveis pertencentes ao Distrito Federal e administrados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.</p> <p>Art. 5º. A alienação de bens do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal será precedida de avaliação e obedecerá as seguintes regras:</p> <p>I - quando imóveis, pertencentes ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, dependerá de avaliação prévia e autorização do Conselho de Administração, dispensada a Seleção de Fornecedores nos seguintes casos:</p> <p>a) dação em pagamento;</p> <p>b) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social, ensino ou científico;</p> <p>c) permuta.</p> <p>II - quando móveis, administrados ou pertencentes ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal — IGESDF, dependerá de avaliação prévia e autorização da Diretoria Executiva, dispensada a Seleção de Fornecedores nos seguintes casos:</p> <p>a) dação em pagamento;</p> <p>b) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social, ensino ou científico;</p> <p>c) permuta.</p> <p>III - quando bens imateriais pertencentes ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, dependerá de avaliação prévia e autorização da Diretoria Executiva.</p> <p>Parágrafo único. A alienação de bens móveis pertencentes ao Distrito Federal e administrados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal dependerá, além da avaliação prévia, de expressa autorização do Poder Público.</p>	<p><b>SEÇÃO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</b></p> <p>Art. 4º O Processo de compra e contratação deverá estar devidamente documentado, a fim de facilitar a identificação, acompanhamento, controle e a fiscalização dos atos praticados.</p> <p>§ 1º Poderão participar pessoas naturais e jurídicas brasileiras ou estrangeiras legalmente autorizadas a funcionar no Brasil, as quais possuam regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em plena vigência.</p> <p>§ 2º As compras ou contratações de âmbito internacional ajustar-se-ão às diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais responsáveis pela política monetária e pela política de comércio exterior.</p> <p>§ 3º Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada e estar dentro do prazo de validade.</p> <p>§ 4º O Processo de compra e contratação não será sigiloso, sendo acessíveis ao público os atos do seu procedimento, exceto quanto ao conteúdo da proposta de preços e aos documentos de habilitação, até o momento da negociação.</p> <p>Art. 5º Fica vedada a participação nos processos de compras e contratações de:</p> <p>I - dirigente ou empregado do IGESDF, incluindo os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração, Fiscal;</p> <p>II - servidor público ou detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, que possa ter conflito de interesse com o IGESDF, na execução do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, por intermédio da SES/DF;</p> <p>III - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de pessoas elencadas nos incisos I e II;</p> <p>IV- empresas apenadas com suspensão pelo IGESDF, registrado no Banco de Dados do Instituto, bem como no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal;</p> <p>V- pessoas jurídicas, nos termos dos incisos I a IV, as quais tenham participação</p>	<p>Não há capítulo sobre Alienação (antigo regulamento) no novo normativo nem dispositivo relacionado.</p> <p>O § 1º do novo regulamento possui correspondência com o § 2º, artigo 2º, da norma anterior, com ajustes e acréscimos.</p> <p>O artigo 5º do novo regulamento possui correspondência com o artigo 47 do antigo, havendo acréscimo de inciso, aperfeiçoamento no teor dos dispositivos e supressão de termos.</p>
---	--	---



	<p>societária na qualidade de sócio-administrador ou gestor da empresa;</p> <p>§ 1º - para fins deste artigo, entende-se como participação societária a titularidade individual direta, como acionista, detentor de mais de 0,3% (três décimos por cento) no capital social de sociedade por ações e como sócio detentor de cota superior a 2% (dois por cento) no capital social das demais modalidades empresariais.</p> <p>§ 2º No momento de envio das propostas, as concorrentes deverão firmar declaração atestando não se enquadrarem nas vedações previstas nos incisos I a V.</p>	
<p>Capítulo IV – Seleção de Fornecedores</p> <p>Seção I</p> <p>Art. 6º. A Seleção de Fornecedores será realizada em cinco modalidades distintas:</p> <p><b>I</b> - Convocação Geral, promovida por publicação com antecedência mínima de 10 (dez) dias;</p> <p><b>II</b> - Pedido de Cotação, promovido por comunicação, física ou eletrônica;</p> <p><b>III</b> - Mercado Digital, promovido por publicação com antecedência mínima de 10 (dez) dias;</p> <p><b>IV</b> - Cotação Digital, promovida por publicação eletrônica com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.</p> <p><b>V</b> - Leilão, promovido por publicação com antecedência mínima de 10 (dez) dias;</p> <p>§ 1º Quando se tratar de bens ou serviços, caberá realizar:</p> <p>I - Convocação Geral ou Mercado Digital, se o valor estimado for igual ou superior a R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais); e</p> <p>II - Pedido de Cotação ou Cotação Digital, se o valor estimado for Inferior a R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais).</p> <p>§ 2º Quando se tratar de obras ou contratações integradas, caberá realizar:</p> <p>I - Convocação Geral ou Mercado Digital, se o valor estimado for igual ou superior a R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais);</p>	<p><b>SEÇÃO V – DA SOLICITAÇÃO DE DEMANDA</b></p> <p>Art. 6º O processo de compras e contratações de bens e serviços será instaurado mediante Solicitação de Demanda de Compra e/ou Contratação, nos termos definidos no inciso VI do artigo 3º.</p> <p>§ 1º A solicitação deverá conter todas as exigências, com manifestação favorável da área responsável pelo planejamento e execução de aquisições e contratações, devendo constar, ainda, anuência da Diretoria da área demandante, observando-se as condições previstas para elaboração do elemento técnico (inciso X, do art. 3º).</p> <p>§ 2º Fica dispensada a manifestação descrita no caput Tratando-se de itens de aquisições de itens padronizados, recorrentes e serviços correntes descritos nos inciso V e I do artigo 3º, devendo a anuência da Diretoria da área demandante ser acompanhada de dados consolidados de histórico de consumo.</p>	<p>O Capítulo IV – Seleção de fornecedores do regulamento anterior foi suprimido no novo normativo.</p>

<p>II - Pedido de Cotação ou Cotação Digital, se o valor estimado for inferior a R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais).</p> <p>§ 3º Quando se tratar de alienação, caberá realizar Leilão se o valor estimado for igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).</p> <p>§ 4º Os valores referidos no § 1º e § 3º, I deste artigo referem-se ao mês de dezembro de 2017 e serão atualizados anualmente de acordo com a variação do IGPM - índice Geral de Preços de Mercado ou por outro índice econômico que o substitua.</p> <p>§ 5º Os valores referidos no § 2º e § 3º, II deste artigo referem-se ao mês de dezembro de 2017 e serão atualizados anualmente de acordo com a variação do INCC - índice Nacional da Construção Civil, ou por outro índice econômico que o substitua.</p> <p>§ 6º No Pedido de Cotação ou da Cotação Digital:</p> <p>I - A validade não ficará comprometida pela não apresentação de no mínimo 3 (três) propostas válidas ou pela impossibilidade de convidar o número mínimo previsto para a modalidade, desde que justificada por limitação de mercado, inexistência ou manifesto desinteresse dos possíveis interessados na praça;</p> <p>II - caso o objeto seja idêntico ou assemelhado, para evitar que participem sempre os mesmos interessados, um interessado a mais, no mínimo, deve ser convidado para cada repetição da Seleção de Fornecedores.</p> <p>§ 7º As modalidades de que tratam os incisos I e III do caput, sem prejuízo de poderem ser divulgados no sítio eletrônico do IGESDF na rede mundial de computadores, terão publicados, em jornal diário de grande circulação local ou no Diário Oficial do Distrito Federal, os avisos contendo os resumos dos instrumentos convocatórios e indicação do local onde os interessados poderão ler e obter os textos integrais.</p> <p>§ 8º Além do disposto no S 7 <sup>2</sup>, havendo declarada necessidade nos autos, poder-se-á dar publicidade em outras modalidades de mídias nacional elou internacional de modo a ampliar a área de competição.</p> <p>§ 9º A critério do responsável pela área de contratações poderá ser solicitado parecer da área jurídica do IGESDF.</p> <p>§ 10. A área jurídica do IGESDF, mediante solicitação da área modelos padronizados de instrumentos necessários para; Fornecedores ou contratação de obras, bens e serviços</p>		
<p>Seção II – BANCO DE PREÇOS E PESQUISA DE PREÇOS</p>	<p><b>SEÇÃO VI – DO REGISTRO DE PREÇOS</b></p>	



<p>Art. 7 °. O valor de referência para contratação ou definição da modalidade de Seleção de Fornecedores será o Banco de Preços do IGESDF ou, na ausência de valores no banco, o obtido em pesquisa de preços.</p>	<p>Art. 7º O IGESDF poderá utilizar “Registro de Preços”, a fim de possibilitar a aquisição contínua e recorrente de bens e insumos, nas seguintes hipóteses:</p> <p>I – quando pelas características do objeto, houver necessidade de aquisição/contratação frequente;</p> <p>II – quando a aquisição/contratação for mais conveniente mediante parcelamento do objeto ou não houver previsibilidade exata da expectativa de uso;</p> <p>III – quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser utilizado;</p> <p>IV – outras motivações nas quais a adoção do sistema se mostre como a opção mais vantajosa.</p> <p>§ 1º O Registro de Preços terá vigência limitada a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, pelo mesmo quantitativo inicialmente contratado, mediante concordância expressa do fornecedor e comprovada a vantajosidade para o IGESDF.</p> <p>§ 2º Caso haja desistência do fornecedor vencedor, os demais classificados poderão assumir o saldo remanescente pelo tempo restante para o seu esgotamento nas condições estabelecidas no Edital do processo de contratação.</p> <p>§ 3º O Registro de Preços deverá conter cláusula de rescisão a termo, a fim de possibilitar seu cancelamento nas hipóteses de descumprimento das condições assumidas no instrumento, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa, ou quando não for mais de interesse do IGESDF.</p>	<p>O Registro de Preços (Seção VI) do novo regulamento pode ser visto no artigo 14 do antigo, com alterações.</p> <p>A Seção II - Banco de preços e pesquisa de preços do antigo regulamento foi suprimido do novo normativo.</p>
<p>Art. 8<sup>2</sup>. O Banco de Preços do IGESDF objetiva subsidiar a realização de estimativa de preço para a contratação de obras, bens ou serviços, bem como fornecer elementos para o julgamento de preços e adjudicação pelo IGESDF.</p> <p>S I<sup>Q</sup> O Banco de Preços do IGESDF armazenará os preços praticados pelo IGESDF, bem como os coletados na forma do art. 9<sup>2</sup></p> <p>S 2<sup>2</sup> Os preços ficarão armazenados na base de dados do sistema por um período de até 24 (vinte e quatro) meses e serão atualizados por meio de índices de preços previstos nos SS 4<sup>2</sup> e 5<sup>2</sup> do art. 6<sup>2</sup>.</p>	<p><b>SEÇÃO VII – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS</b></p> <p>Art. 8º O IGESDF deverá utilizar meios de recebimento de propostas que registrem o dia e hora de envio, podendo ser endereços eletrônicos institucionais, plataforma de compras ou qualquer outro meio equivalente.</p> <p>Parágrafo Único. Todo documento deverá ser endereçado à Área de Compras/Contratações do IGESDF, indicando o número do Edital e o objeto a ser contratado.</p>	<p>A Seção VII – Do recebimento das propostas não possui correspondente com o normativo anterior.</p>

<p>Art. 9º. A pesquisa de preços para alimentação do Banco de Preços ou contratação de obras, bens ou serviços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:</p> <p><b>I</b> - banco ou portal de preços mantido por entes públicos, outras entidades paraestatais, entidades de colaboração, ou prestadores de serviços especializados, desde que contenha a data e hora de acesso;</p> <p><b>II</b> - pesquisa publicada em mídia especializada, desde que contenha a data e hora de acesso;</p> <p><b>III</b> - sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;</p> <p><b>IV</b> - atas de Registros de Preços vigentes de entes públicos, de outras entidades paraestatais ou de entidades de colaboração;</p> <p><b>V</b> - contratações similares de entes públicos, de outras entidades paraestatais, ou entidades de colaboração, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa - sítios eletrônicos de leilão ou de intermediação de vendas, desde que contenha a data e hora de acesso;</p> <p><b>VI</b> - clube de compras de materiais e equipamentos médico-hospitalares;</p> <p><b>VII</b> - serviços de coleta de preços contratados pelo poder público nas diversas esferas e poderes;</p> <p><b>VIII</b> - outras formas ou instrumentos de apresentação de preços de fornecedores de domínio amplo, desde que contenha a fonte e/ou data e hora de acesso; - pesquisa direta com potenciais fornecedores, inclusive por meio digital.</p> <p>S 1 2 A pesquisa de preços deverá contemplar pelo menos três preços para cada item de material ou serviço ou obra, identificados por meio de um ou de mais parâmetros indicados no caput.</p> <p>S 2 2 Somente serão admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.</p> <p>S 3 2 Excepcionalmente, mediante justificativa da área de contratação, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores, desde que fique demonstrado limitação de mercado ou manifesto desinteresse de pessoas para apresentar proposta.</p>	<p><b>SEÇÃO VIII – DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA</b></p> <p>Art. 9º O processo de compras e contratações poderá ser dispensado em hipóteses expressamente definidas em resolução da Diretoria Executiva, na qual deverá constar o rito a ser seguido, devendo ser obedecidos aos princípios elencados no artigo 2º deste regulamento.</p>	<p>A Seção VIII – Da possibilidade de dispensa foi inserida no novo regulamento, não havendo correspondente no antigo.</p> <p>Há, contudo, no antigo normativo o CAPÍTULO VII – <b>DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES</b> (artigo 25), que possui correspondência com o artigo 27 (Seção VI – compras e contratações imediatas), autorizando a contratação por processo simplificado, em determinadas situações.</p> <p>O artigo 9º do antigo normativo foi suprimido do novo.</p>
<p>Seção III – CADASTRO DE FORNECEDORES</p>	<p><b>SEÇÃO IX – DAS CONTRATAÇÕES POR EMENDAS PARLAMENTARES</b></p>	<p>Seção IX foi acrescentado no novo</p>

<p>Art. 10. O IGESDF disponibilizará no seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores Cadastro de Fornecedores, para pessoas naturais ou jurídicas interessadas em participar de Seleções de Fornecedores ou de Contratações do Instituto.</p>	<p>Art. 10. Tratando-se de aquisições e/ou contratações decorrentes de recursos oriundos de Emendas Parlamentares Federais, a Diretoria Executiva definirá, por meio de Resolução, o rito a ser seguido, devendo ser obedecidas as normas Federais vigentes.</p>	<p>normativo, não havendo correspondente no antigo.</p> <p>O artigo 10 do antigo regulamento foi suprimido do atual.</p>
<p><b>Seção IV ATO CONVOCATÓRIO</b></p> <p>Art. 11. O Ato Convocatório deverá conter os elementos necessários para a elaboração da proposta, modalidade e prazo, bem como as demais regras aplicáveis no processamentos e julgamento da proposta e na execução do contrato.</p> <p>S 1 2 O Ato Convocatório poderá definir outras regras além das previstas neste regulamento.</p> <p>S 2 2 Caso o Ato Convocatório sofra qualquer modificação, deverá haver divulgação pela mesma forma, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.</p>	<p><b>SEÇÃO X – DA CONTAGEM DE PRAZOS</b></p> <p>Art. 11. Os prazos estabelecidos neste Regulamento, bem como aqueles fixados por meio de Resolução da Diretoria Executiva e os previstos no Edital, salvo disposição em contrário, contar-se-ão em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia de término.</p> <p>Parágrafo Único. Os prazos que, porventura, se encerrarem em dia em que não haja expediente na área administrativa do IGESDF serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.</p>	<p>O artigo 11 da Seção X – contagem de prazo possui correspondência como artigo 47 do antigo regulamento, com adaptações.</p> <p>A Seção IV – Ato Convocatório foi suprimido do atual regulamento.</p>
<p>Art. 12. O objeto a ser contratado deverá ser definido de forma precisa e clara, preferencialmente padronizada, excluindo-se os excessos que restrinjam indevidamente a competição, de forma a evitar a comparação entre obras, bens ou serviços não equivalentes. Parágrafo único. No caso de aquisição de equipamentos, a discriminação de parte e peças somente deverá ser realizada se indispensável ou economicamente adequada para o IGESDF, mediante justificativa da Diretoria Executiva.</p> <p>Art. 13. O IGESDF, na Seleção de Fornecedores para aquisição de bens, poderá:</p> <p>I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:</p> <p>a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;</p> <p>b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;</p> <p>c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão "ou similar ou de melhor qualidade";</p> <p>II - exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances;</p>	<p><b>CAPÍTULO II - DO PROCESSO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES</b> <b>SEÇÃO I - DOS ATOS PREPARATÓRIOS</b></p> <p>Art. 12. O processo de compra ou contratação deverá seguir critérios objetivos, excluindo-se excessos que venham a restringir a competição, ficando vedada a exigência de marcas específicas.</p> <p>Parágrafo Único. Tratando-se de item acessório, o IGESDF poderá exigir que as propostas contemplem modelos plenamente compatíveis com o principal.</p> <p>Art. 13. O processo de compra ou contratação de item ou serviço não padronizado ou não recorrente, será precedido de estudo de viabilidade técnica, a ser elaborado pela área demandante.</p> <p>Parágrafo Único. A Diretoria da área demandante poderá solicitar o apoio técnico e logístico à Diretoria de Administração e Logística para a realização do estudo de viabilidade.</p> <p>Art. 14. Uma vez definidas as características técnicas dos bens a serem adquiridos ou dos serviços a serem contratados, a área demandante elaborará o Elemento Técnico, seguindo modelo padronizado aprovado pela Consultoria</p>	<p>Inserido o Capítulo II no novo regulamento, não havendo correspondente no anterior.</p>

<p><b>III</b> - solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental.</p> <p>Parágrafo único. O Ato Convocatório poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).</p> <p><b>CAPÍTULO V - REGISTRO DE PREÇOS</b></p> <p>Art. 14. O Registro de Preço, sempre precedido de Convocação Geral ou de Mercado Digital, poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado;</p> <p>II - quando, pelas características da obra, do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições ou contratações frequentes; - quando houver dificuldade de estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades.</p> <p>Parágrafo único. O IGESDF poderá se valer do Registro de Preços para compras e aquisições abaixo de 395 mil reais, caso esta opção seja mais vantajosa.</p> <p>Art. 15. A vigência do Registro de Preço, limitada a 12 meses, deverá estar prevista no Ato Convocatório, podendo ser prorrogada, no máximo uma vez, por igual período, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso.</p>	<p>Jurídica, que será remetido à Gerência de Compras, no qual deverão constar as seguintes informações:</p> <p>I - Especificação do objeto a ser contratado, contendo o detalhamento em termos quantitativos e qualitativos e, tratando-se de serviços;</p> <p>II- Justificativa para a aquisição e/ou contratação do serviço;</p> <p>III - Prazo desejado para entrega do bem e/ou início da prestação de serviços e a previsão de vigência contratual;</p> <p>IV- Unidade na qual o bem deverá ser entregue e/ou o serviço deverá ser prestado;</p> <p>V- Indicação do colaborador que será designado para a função de fiscal do contrato, e seu respectivo substituto;</p> <p>VI - Informação acerca do consumo médio mensal do bem a ser adquirido, Tratando-se de item que já possua histórico de utilização no IGESDF;</p> <p>VII- Solicitação de apresentação de prospecto do bem, com as exigências do seu conteúdo, caso a área demandante entenda que seja possível a sua avaliação por meio deste documento;</p> <p>VIII - Informação acerca da eventual necessidade de avaliação de amostras;</p> <p>IX - Local em que deverão ser apresentadas as amostras a serem avaliadas, se for o caso;</p> <p>X - Critérios de julgamento das propostas.</p> <p>Art. 15. Com base nas informações contidas no Elemento Técnico, a Gerência de Compras realizará a pesquisa de mercado, a fim de estabelecer a estimativa de valores, devendo utilizar os critérios estabelecidos em Resolução da Diretoria Executiva.</p> <p>Parágrafo Único: O IGESDF manterá banco de preços atualizado, com valores utilizados em aquisições anteriores, podendo ainda pautar-se em aquisições realizadas por entes públicos, entidades paraestatais, entes de colaboração ou prestadores de serviços especializados, bem como promover pesquisa de preço mediante a utilização de plataformas eletrônicas e pesquisa direta com potenciais fornecedores, inclusive por meio digital, dentre outros, para definição do preço de referência, caso necessário.</p>	
---	--	--

<p>Art. 16. Após as fases de lances, julgamento das propostas, habilitação e adjudicado o resultado da Seleção de Fornecedores, o participante que ofertou o preço a ser registrado será convocado para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de entregar os bens ou realizar as obras ou os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 28.</p> <p>Parágrafo primeiro. Previamente à homologação do resultado da Seleção de Fornecedores para o Registro de Preços, poderá ser exercitado o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de otimizar resultados em termos de qualidade e preço, conforme previstos nos arts. 20, VIII e 21, XVI.</p> <p>Parágrafo segundo. Os fornecedores que integrarem o cadastro de reserva podem assumir o saldo remanescente da ata pelo tempo restante para seu esgotamento, desde que adiram às condições estabelecidas no Ato Convocatório. Art. 17. O registro de preço não importa direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.</p> <p>Art. 18. Será cancelado o registro de preço firmado se o titular do preço registrado:</p> <p><b>I</b> - descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado; - não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;</p> <p>- quando, justificadamente, não for mais do interesse do IGESDF.</p> <p><b>CAPÍTULO VI – PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E RECURSOS</b></p> <p>Art. 19. O procedimento de Seleção de Fornecedores será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual será definido o objeto com todas as suas especificações.</p> <p>§ 1º A estimativa do valor do objeto, os recursos orçamentários a serem utilizados para atender à despesa, a autorização da despesa emitida pela instância competente e todos os documentos pertinentes serão juntados oportunamente ao processo.</p> <p>§ 2º Na contratação de obras e serviços de engenharia ou de contratação integrada, o objeto deverá ser especificado de forma que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras, bens ou serviços.</p>	<p><b>SEÇÃO II – DO EDITAL</b></p> <p>Art. 16. Após a estimativa de valores da contratação, a Gerência de Compras elaborará o Edital, seguindo modelo padrão aprovado pela Consultoria Jurídica, que será o instrumento normativo, no qual deverão constar as seguintes disposições:</p> <p><b>I - Especificação do objeto a ser contratado, contendo o detalhamento em termos quantitativos e qualitativos;</b></p> <p><b>II- Prazo para acolhimento de propostas, não podendo ser inferior a 05 (cinco) dias, e formas de envio, devendo ser utilizado meio de comunicação que permita o registro de data e horário de recebimento;</b></p> <p><b>III- Informação quanto ao prazo de validade mínimo das propostas, a ser determinado no respectivo edital;</b></p> <p><b>IV- Relação da documentação necessária à habilitação das concorrentes, com previsão expressa de obrigatoriedade de envio em ato conjunto com a apresentação da proposta comercial;</b></p> <p><b>V- Prazo fixado para entrega do bem e/ou início da prestação de serviços;</b></p> <p><b>VI - Unidade na qual o bem deverá ser entregue e/ou o serviço deverá ser prestado;</b></p> <p><b>VII - Critérios de julgamento das propostas.</b></p> <p><b>VIII - Local em que deverão ser apresentadas as amostras a serem avaliadas, se for o caso;</b></p> <p><b>§ 1º - Fica dispensada a solicitação de amostras no caso de aquisição de itens padronizados no âmbito do Sistema Único de Saúde, cujas marcas e o padrão de qualidade já tenham histórico de aquisição pelo IGESDF.</b></p> <p><b>§ 2º - O Edital deverá ser acompanhado da minuta do instrumento contratual a ser firmado, quando necessário, no qual constarão os direitos e obrigações a serem assumidos pelas partes e as condições para a execução do objeto, na hipótese de contratação de serviços, fornecimento em regime de comodato ou consignação.</b></p> <p><b>Art.17. O Edital será publicado no sítio institucional do IGESDF, bem como na plataforma de compras utilizada pelo Instituto, podendo ocorrer, ainda, a</b></p>	<p>Seção II – do edital – inserida no novo regulamento, valendo destacar que se trata previsão inédita (a palavra edital sequer é mencionada no texto anterior).</p>
--	---	--



	<p>publicação do extrato de edital em outras formas de divulgação a exemplo de:</p> <p>I- Diário Oficial do Distrito Federal;</p> <p>II- Redes sociais;</p> <p>III- Jornais de grande circulação; IV – Mensagem Eletrônica a potenciais fornecedores;</p> <p>Art. 18. Uma vez publicado o Edital, será aberto prazo, até o terceiro dia útil que antecede ao término do período de acolhimento das propostas, para apresentação de questionamentos técnicos, por parte de qualquer pessoa.</p> <p>Parágrafo Único - Caso o questionamento apresentado ocasione retificações quanto aos termos previstos no Edital, a Gerência de Compras procederá a publicação “Edital Retificado”.</p> <p>Art. 19. Encerrado o prazo para acolhimento de propostas, a Gerência de Compras procederá a publicação, no sítio institucional do IGESDF, da relação nominal dos concorrentes.</p> <p>Parágrafo Único. Os concorrentes inscritos terão prazo de 01 (um) dia útil para solicitar a retificação da lista prevista no caput, devendo apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de envio tempestivo da proposta.</p>	
<p>Art. 20. O procedimento de Seleção de Fornecedores na modalidade Convocação Geral será afeto a uma comissão, observando-se as seguintes fases:</p> <p><b>I</b> - abertura, em dia e hora previamente designados, dos envelopes contendo as propostas, verificando-se sua conformidade com os requisitos do Ato Convocatório, desclassificando-se aquelas que não os tenham atendido;</p> <p><b>II</b> - abertura, na sequência ou em dia e hora previamente designados, dos envelopes que contenham a documentação relativa à habilitação dos participantes, na ordem de classificação das propostas, com devolução aos inabilitados ou das não analisadas, de seus envelopes de maneira inviolável;</p> <p><b>III</b> - julgamento das propostas classificadas, com a escolha daquela mais vantajosa para o IGESDF, segundo os critérios estabelecidos no Ato Convocatório;</p> <p><b>IV</b> - encaminhamento das conclusões da comissão ao responsável pela área de contratação a que competir a homologação e a adjudicação do objeto ao participante vencedor;</p>	<p><b>SEÇÃO III – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS</b></p> <p>Art. 20. Uma vez consolidada a listagem de concorrentes, a Gerência de Compras procederá o julgamento das propostas, podendo utilizar os seguintes critérios:</p> <p>I – menor preço;</p> <p>II – maior desconto;</p> <p>III – melhor combinação de técnica e preço;</p> <p>IV – melhor técnica.</p> <p>Parágrafo Único - Quando os critérios definidos forem os contidos nos incisos III e IV do caput deste artigo, os parâmetros a serem utilizados deverão ser estabelecidos de forma clara e objetiva, afastando-se qualquer subjetividade no julgamento das propostas, podendo tais critérios serem adotados nas seguintes hipóteses:</p> <p>a) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual,</p>	<p><b>Seção III – Do julgamento das propostas – foi inserido no novo regulamento, havendo correspondente no artigo 24 do anterior.</b></p> <p>O Capítulo VI – PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E RECURSOS (artigo 19) do antigo normativo tratou de forma bem superficial o julgamento das propostas.</p>



<p>V- comunicação do resultado conforme estabelecido no Ato Convocatório.</p> <p>VI - se o participante classificado em primeiro lugar for inabilitado, após julgados eventuais recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos envelopes de habilitação dos participantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o procedimento previsto neste artigo, para que o seguinte classificado que preencha as condições de habilitação seja declarado vencedor, nas condições de sua proposta.</p> <p>VII - no caso de inabilitação de todos os participantes, poderá ser fixado novo prazo para a apresentação de novos documentos livres das causas que levaram à inabilitação.</p> <p>VIII - previamente à adjudicação de uma proposta, a comissão, ou a área de contratação, poderá exercer o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de otimizar resultados em termos de qualidade e preço.</p> <p>Art. 21. O procedimento de Seleção de Fornecedores nas modalidades de Mercado Digital, Cotação Digital ou Leilão digital, serão observadas as seguintes fases:</p> <p><b>I</b> - credenciamento prévio dos fornecedores participantes perante ao provedor do sistema eletrônico indicado no Ato Convocatório;</p> <p><b>II</b> - acesso dos participantes ao sistema eletrônico, mediante a utilização de chaves de identidade e de senhas individuais a serem fornecidas pelo provedor quando do credenciamento;</p> <p>III - encaminhamento das propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando os prazos, condições e especificações estabelecidos pelo Ato Convocatório;</p> <p>IV - o Ato Convocatório poderá estabelecer que somente serão classificadas para a fase de lances a proposta de menor preço e as duas melhores propostas de preço subsequentes;</p> <p>V - a comissão analisará as propostas de preços encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo Ato Convocatório, cabendo ao responsável pelo procedimento registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos participantes;</p> <p>VI - da decisão que desclassificar as propostas de preços somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão, a ser apresentado exclusivamente por meio do</p>	<p>caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;</p> <p>b) serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;</p> <p>c) bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;</p> <p>d) obras e serviços especiais de engenharia; e) objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos contratados, conforme critérios objetivamente definidos no edital.</p> <p>Art. 21. No prazo previsto em Resolução da Diretoria Executiva, a Gerência de Compras efetivará a publicação, no sítio institucional do IGESDF, do resultado preliminar do certame, contendo o valor da menor proposta.</p> <p>Art. 22. Após a publicação do resultado preliminar, será aberto prazo de 01 (um) dia útil para negociação, no qual as demais concorrentes poderão manifestar interesse em reduzir o valor ofertado para patamar inferior ao vencedor provisório, devendo apresentar, no mesmo prazo, o valor da proposta negociada.</p> <p>Parágrafo Único. Não serão admitidas propostas negociadas apresentadas intempestivamente.</p> <p>Art. 23. Após a fase de negociação será declarada vencedora a empresa que apresentar a melhor proposta negociada, obedecendo aos critérios elencado ao artigo 21.</p> <p>Parágrafo Único. Será publicada no sítio institucional do IGESDF a Ata Final de Resumo de Compras/Contratações, na qual deverá constar todo o histórico do processo.</p>	
---	--	--

<p>sistema eletrônico, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico;</p> <p>VII- a comissão decidirá no mesmo prazo, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, cabendo ao responsável pelo procedimento registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos participantes;</p> <p>VIII - da decisão da comissão relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;</p> <p>IX - iniciada a fase de lances, os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances sem restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado;</p> <p>X- todos os lances oferecidos serão registrados pelo sistema eletrônico, que indicará o lance de menor valor para acompanhamento em tempo real pelos participantes;</p> <p>XI - na hipótese de haver lances iguais prevalecerá, como de menor valor, o lance que tiver sido primeiramente registrado;</p> <p>XII - por iniciativa do responsável pelo procedimento, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início prazo de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances;</p> <p>XIII - ordenados os lances em forma crescente de preço, o responsável pelo procedimento determinará ao autor do lance classificado em primeiro lugar, que encaminhe os documentos necessários à comprovação de sua habilitação, nos termos e nos prazos, condições e especificações estabelecidos pelo Ato Convocatório;</p> <p>XIV - sendo a hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas pelo Ato Convocatório, caberá à comissão autorizar o responsável pelo procedimento a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo Ato Convocatório;</p> <p>XV — declarado o participante vencedor pela comissão, será aberto prazo de 30 (trinta) minutos para que os demais participantes manifestem a intenção de interpor recurso por meio do sistema eletrônico. Caso haja manifestação, a comissão</p>		
---	--	--

<p>abrirá prazo de 3 (três) dias úteis para recebimento de recursos, contados imediatamente da data da intenção.</p> <p>XVI — Uma vez admitido o recurso, o participante declarado vencedor deverá apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do término do prazo de recurso.</p> <p>XVII - previamente à adjudicação de uma proposta, a comissão, ou a área de contratação, poderá exercer o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de otimizar resultados em termos de qualidade e preço.</p> <p>Parágrafo único. As propostas que, em razão dos critérios definidos no inciso IV, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances, também serão consideradas desclassificadas do certame.</p> <p>Art. 22. As decisões referentes à habilitação, aos julgamentos e aos recursos serão comunicadas diretamente aos participantes e lavradas em ata, se presentes seus prepostos no ato em que for adotada a decisão, por publicação na forma prevista no Ato Convocatório, ou ainda por outro meio formal. Parágrafo único. No Mercado Digital ou Cotação Digital os participantes serão considerados comunicados das decisões a partir do momento em que vierem a ser disponibilizadas no sistema eletrônico.</p> <p>Art. 23. Será facultado à comissão, desde que previsto no Ato Convocatório, inverter o procedimento, inclusive na modalidade Mercado Digital ou Cotação Digital, abrindo primeiramente a fase de habilitação e, após, as propostas de preço dos participantes habilitados.</p>		
<p>Art. 24. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:</p> <p><b>I</b> - menor preço;</p> <p>II - maior desconto;</p> <p>III – melhor combinação de técnica e preço;</p> <p><b>I</b> - melhor técnica;</p> <p><b>II</b> - melhor conteúdo artístico;</p> <p><b>III</b> - maior oferta de preço;</p> <p><b>IV</b> - maior retorno econômico;</p> <p><b>V</b> - melhor destinação de bens alienados.</p>	<p><b>SEÇÃO IV – DOS RECURSOS E DA HOMOLOGAÇÃO</b></p> <p>Art. 24. Do resultado final caberá recurso administrativo, a ser interposto no prazo de 02 (dois) dias, contados na forma do artigo 13.</p> <p>Art. 25. O julgamento dos recursos seguirá o rito estabelecido em Resolução da Diretoria Executiva.</p> <p>Art. 26. Uma vez concluída a seleção, a Gerência de Compras procederá a adjudicação do objeto à empresa vencedora e, posteriormente, a Gerência Geral de Administração, vinculada à Diretoria de Administração e Logística, realizará a homologação do processo, seguindo-se à formalização do instrumento contratual.</p> <p>Parágrafo Único. Os instrumentos contratuais, quando necessários, deverão seguir a minuta padrão aprovada pela Consultoria Jurídica, nas quais deverão</p>	<p>O antigo regulamento tratou dos recursos e da homologação nos artigos 20 e 21.</p>

<p>S 1<sup>o</sup> Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no Ato Convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto.</p> <p>S 2<sup>o</sup> No caso de parcelamento do objeto previsto no S 1<sup>o</sup>, deverá ser observada a busca da maior vantagem competitiva para o IGESDF, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores relevantes.</p> <p>S 3<sup>o</sup> Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III, IV, V e VII do caput deste artigo, o julgamento das propostas será efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no Ato Convocatório, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.</p> <p>S 4<sup>o</sup> Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não previstas no Ato Convocatório.</p> <p><b>CAPÍTULO VII – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES</b></p> <p>Art. 25. Poderá ser dispensada a Seleção de Fornecedores, mediante autorização da Diretoria Executiva, em especial:</p> <p><b>I</b> - emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ao IGESDF ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos ou nos casos de cumprimento de decisão judicial;</p> <p><b>II</b> - urgência para o atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis, sem tempo hábil para se realizar a Seleção de Fornecedores;</p> <p><b>III</b> - grave perturbação da ordem ou calamidade pública;</p> <p><b>IV</b> - contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão, resilição ou resolução contratual;</p> <p><b>V</b> - operação que envolver concessionário de serviço público e o objeto do contrato for pertinente ao da concessão;</p> <p><b>VI</b> - não acudirem interessados à Seleção de Fornecedores ou as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado e esta não puder ser repetida sem prejuízo para o IGESDF ou seus pacientes;</p>	<p>constar as obrigações contraídas pelas partes e as condições para a execução do objeto.</p>	
--	--	--

<p><b>VII</b> - contratação com órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, entidades paraestatais ou de colaboração, quando o objeto do contrato for compatível com as atividades finalísticas do contratado</p> <p><b>VIII</b> - contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;</p> <p><b>IX</b> - aluguel ou aquisição de imóveis destinados á uso próprio;</p> <p><b>X</b> - aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do IGESDF;</p> <p><b>XI</b> - tratar-se de compra de gêneros alimentícios perecíveis, realizada diretamente em centros de abastecimento com base no preço do dia;</p> <p><b>XII</b> - compras ou execução de serviços que envolverem valores estimados inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e de obras ou contratações integradas que envolverem valores estimados inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valores estes referentes ao mês de dezembro de 2017 e que serão atualizados anualmente conforme estabelecido nos SS 4<sup>2</sup> e 5<sup>2</sup> do art. 6<sup>2</sup>, respectivamente;</p> <p><b>XIII</b> - alienações que envolverem valores estimados inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valores estes referentes ao mês de dezembro de 2017, e que serão atualizados anualmente conforme estabelecido nos S 4<sup>2</sup> do art. 6<sup>2</sup>;</p> <p><b>XIV</b> - aquisição de equipamentos ou produtos cujas características técnico-científicas sejam específicas em relação a objetivos a serem alcançados em projetos ou programas relacionados a pesquisa, desenvolvimento ou inovação;</p> <p><b>XV</b> - aquisição de componentes ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;</p>		
--	--	--

**XVI** - contratação de serviços de manutenção em que seja pré-condição indispensável para a realização da proposta a desmontagem do equipamento;

**XVII** - contratação de pessoas naturais ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrução vinculados às atividades finalísticas do IGESDF;

**XVIII** - contratação de cursos abertos, destinados a treinamento e aperfeiçoamento dos empregados do IGESDF;

**XIX** - contratação de pessoas jurídicas para realização de processos de recrutamento e seleção de pessoal, desde que não haja custo para o IGESDF;

**XX** - contratação de pessoas naturais ou jurídicas para prestação de serviços de plantão ou sobreaviso;

**XXI** - contratação de empresa que tenham preços registrados em ata válida de outras entidades paraestatais, de entidades de colaboração ou em órgãos ou entidades públicas, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, desde que o objeto seja de interesse do IGESDF, mediante justificativa da área responsável e aprovação da Diretoria Executiva, independentemente de consulta ao órgão ou entidade titular da ata;

§ 1º As aquisições ou contratações a que se refere o inciso XXI não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, objeto da adesão.

§ 2º Na hipótese do inciso XII, poderá ser utilizado suprimento de fundos ou cartão corporativo, para o pagamento da contratação, devendo ser prestadas contas, ao menos trimestralmente, de sua utilização.

§ 3º Nas dispensas de seleção de fornecedores iniciadas por outras unidade de saúde administradas pelo IGESDF na forma do S 7<sup>2</sup>, do art. 2º caberá ao órgão máximo da unidade autorizar o procedimento de compra.

Art. 26. A Seleção de Fornecedores será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

**I** - na aquisição de materiais, equipamentos, gêneros ou serviços diretamente de produtor, cooperativa, fornecedor ou representante exclusivo;



<p><b>II</b> II - na contratação de serviços com pessoa física ou jurídica especializadas, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;</p> <p><b>III</b> - na contratação de profissional de qualquer setor artístico;</p> <p><b>IV</b> - na permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;</p> <p><b>V</b> - na doação de bens.</p> <p>Parágrafo primeiro. O IGESDF poderá se valer do credenciamento como processo de chamamento público destinado à contratação de serviços junto a todos os que satisfaçam os requisitos definidos pelo Instituto.</p> <p>Parágrafo segundo. O credenciamento é indicado quando a contratação simultânea do maior número possível de interessados atender em maior medida o interesse público.</p> <p>Parágrafo terceiro. O pagamento dos credenciados é realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor predefinido pelo IGESDF, que deverá ser compatível com os preços praticados no mercado, sendo admitida a utilização de tabelas de referência para sua determinação</p>		
<p><b>CAPÍTULO VIII – AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A SAÚDE</b></p> <p>Art. 27. A área de contratações deverá adotar medidas para que os medicamentos, soros, vacinas, produtos para nutrição enteral e parenteral, órteses, próteses, insumos e materiais médico-hospitalares sejam idôneos, de boa qualidade e de procedência conhecida, observadas as normas expedidas pela Vigilância Sanitária.</p> <p>Parágrafo único. Na apuração da melhor oferta, deverão ser tomadas as cautelas necessárias, a fim de excluir oferta de produto de origem duvidosa ou, dependendo do produto, com prazos de validade reduzidos. S 2 2 A área de contratações poderá realizar pré-qualificação de</p>	<p><b>SEÇÃO VI – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES IMEDIATAS</b></p> <p>Art. 27. Poderá ser realizado processo simplificado de compras e contratações imediatas, seguindo o rito estabelecido em resolução da Diretoria Executiva, nas seguintes hipóteses:</p> <p>I- emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ao IGESDF ou comprometer a segurança de pessoas,</p>	<p>O processo simplificado de compras e contratações (Seção VI) não possui correspondente no anterior, mas as hipóteses previstas no artigo 27 do novel regulamento são basicamente as mesmas do contido no artigo 25 do anterior,</p>

<p>fornecedores no caso dos produtos previstos no caput. 3</p> <p><sup>2</sup> As aquisições dos produtos previstos no caput serão preferencialmente padronizadas, de acordo com protocolos clínicos adotados pelo IGESDF e sua carteira de serviços</p>	<p>obras, serviços ou equipamentos ou nos casos de cumprimento de decisão judicial;</p> <p>II - urgência para o atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis, sem tempo hábil para se realizar a Seleção de Fornecedores;</p> <p>III - grave perturbação da ordem ou calamidade pública;</p> <p>IV- contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão, resilição ou resolução contratual;</p> <p>V- não acudirem interessados à Seleção de Fornecedores ou as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado e esta não puder ser repetida sem prejuízo para o IGESDF ou seus pacientes;</p> <p>VI - contratação com órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, entidades paraestatais ou de colaboração, quando o objeto do contrato for compatível com as atividades finalísticas do contratado;</p> <p>VII - tratar-se de compra de gêneros alimentícios perecíveis, realizada diretamente em centros de abastecimento com base no preço do dia;</p> <p>VIII - aquisição de equipamentos ou produtos cujas características técnico-científicas sejam específicas em relação a objetivos a serem alcançados em projetos ou programas relacionados a pesquisa, desenvolvimento ou inovação;</p> <p>IX- aquisição de componentes ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;</p> <p>X- contratação de serviços de manutenção em que seja pré-condição indispensável para a realização da proposta a desmontagem do equipamento;</p> <p>XI- contratação de pessoas naturais ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrução vinculados às atividades finalísticas do IGESDF;</p> <p>XII- contratação de pessoas jurídicas para realização de processos de recrutamento e seleção de pessoal, desde que não haja custo para o IGESDF;</p>	<p>com ajustes de valores.</p> <p>O Capítulo VIII – AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A SAÚDE (artigo 27), do normativo anterior foi suprimido do atual.</p>
--	---	--

	<p>XIII - contratação de pessoas naturais ou jurídicas para prestação de serviços de plantão ou sobreaviso;</p> <p>XIV - contratação de empresa que tenham preços registrados em ata válida de outras entidades paraestatais, de entidades de colaboração ou em órgãos ou entidades públicas, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, desde que o objeto seja de interesse do IGESDF, mediante justificativa da área responsável e aprovação da Diretoria Executiva, independentemente de consulta ao órgão ou entidade titular da ata;</p> <p>XV- Aquisições decorrentes de decisões judiciais;</p> <p>XVI- compras ou execução de serviços que envolverem valores estimados inferiores a <b>R\$ 74.018,78</b> (setenta e quatro mil e dezoito reais e setenta e oito centavos), e de obras ou contratações integradas que envolverem valores estimados inferiores a <b>R\$ 121.989,24</b> (cento e vinte e um mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), valores estes referentes ao mês de abril de 2022 e que serão atualizados anualmente mediante aplicação do IGPM, ou outro que o substitua; e</p> <p>XVII - alienações que envolverem valores estimados inferiores a <b>R\$ 74.018,78</b> (setenta e quatro mil e dezoito reais e setenta e oito centavos), valores estes referentes ao mês de abril de 2022 e que serão atualizados anualmente mediante aplicação do IGPM, ou outro que o substitua;</p>	
<p><b>CAPÍTULO IX – CONTRATOS</b></p> <p>Art. 28. O instrumento de contrato é obrigatório no caso de Convocação Geral ou de Mercado Digital, salvo quando se tratar de bens para entrega imediata, e facultativo nas demais modalidades de Seleção de Fornecedores, caso em que poderá ser substituído por outro documento, como proposta com aceite, carta-contrato, fatura, autorização de fornecimento ou documento equivalente.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de dispensa e inexigibilidade, o documento que substituir o contrato a que se refere o caput deste artigo deverá conter os requisitos mínimos do objeto e os direitos e obrigações básicas das partes.</p>	<p><b>SEÇÃO VII – DA AQUISIÇÃO EXCEPCIONAL</b></p> <p><b>Art. 28. A Diretoria Executiva poderá expedir Resolução regulamentando a aquisição, pelas unidades assistenciais, de itens decorrentes de demanda que caracterize extrema emergência e risco iminente de dano irreparável ou de difícil reparação, que não seja possível por meio dos procedimentos estabelecidos neste Regulamento.</b></p>	<p>Seção VII sem correspondente no regulamento anterior.</p> <p>A parte de <b>contratos</b> prevista no capítulo IX do antigo normativo foi tratada a partir do artigo 33 (<b>CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS</b>)</p>

<p>Art. 29. Os contratos serão escritos, suas cláusulas indicarão necessariamente o seu objeto, com a especificação da obra, bem ou serviço, conforme o caso, o preço ajustado, o prazo de execução, as garantias e penalidades, além de outras previamente estabelecidas no Ato Convocatório, no Elemento Técnico e/ou Instruções.</p> <p>Parágrafo único. Os contratos terão prazo determinado, não podendo ultrapassar, inclusive com suas eventuais prorrogações, o limite máximo de 60 (sessenta) meses, salvo se estiver previamente justificada e ratificada pela Diretoria Executiva a vantajosidade da celebração da avença por prazos mais alongados.</p>	<p><b>SEÇÃO VIII - DA INEXIGIBILIDADE</b></p> <p>Art. 29. A Seleção de Fornecedores será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:</p> <p>I - na aquisição de materiais, equipamentos, gêneros ou serviços diretamente de produtor, cooperativa, fornecedor, organização social ou representante e exclusivos;</p> <p>II - na contratação de serviços com pessoa física ou jurídica especializadas, assim entendidos aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;</p> <p>III - na contratação de profissional de qualquer setor artístico;</p> <p>IV - na permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;</p> <p>V - na doação de bens quando o Instituto for donatário;</p> <p>VI - contratação de cursos abertos, destinados a treinamento e aperfeiçoamento dos empregados do IGESDF.</p> <p>Parágrafo Único. A gerência de compras poderá usar pesquisa em banco de preços ou notas fiscais do mesmo objeto contratado por órgãos públicos ou empresas privadas para atestar que o valor ofertado está dentro dos preços praticados pela contratada</p>	<p>A Inexigibilidade foi tratada no antigo regulamento de forma superficial (CAPÍTULO VII – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES, artigo 25), podendo ser considerada inovação a Seção VIII – Da inexigibilidade, pois trata do tema de modo mais específico.</p>
<p>Art. 30. A prestação de garantia, quando prevista no Ato Convocatório, Elemento Técnico e/ou Instruções, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato, e à escolha do prestador, consistirá em:</p> <p>I - caução em dinheiro;</p> <p>II - fiança bancária; ou</p> <p>III - seguro garantia.</p> <p>Art. 31. O contrato poderá prever pagamento parcial antecipado.</p> <p>Art. 32. O contratado poderá subcontratar partes do objeto contratual, se admitido no Ato Convocatório e no</p>	<p><b>SUBSEÇÃO I – DO CREDENCIAMENTO</b></p> <p>Art. 30. O IGESDF poderá se valer do credenciamento de fornecedores, destinado à contratação de serviços junto a todos os que satisfaçam os requisitos definidos pelo Instituto.</p> <p>Art. 31. O credenciamento é indicado quando a contratação simultânea do maior número possível de interessados atender em maior medida o interesse público.</p>	<p>O credenciamento do artigo 30 do novel regulamento possui correspondência com o artigo 26 do antigo.</p> <p>A prestação de garantia prevista no artigo 30 do normativo anterior possui correspondência com o artigo 43 do novel</p>

<p>respectivo contrato e desde que mantida sua responsabilidade perante o contratante, mediante prévia comunicação ao IGESDF, sendo vedada a subcontratação com empresa que tenha participado do procedimento de Seleção de Fornecedores.</p>	<p>Art. 32. O pagamento dos credenciados é realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor predefinido pelo IGESDF, que deverá ser compatível com os preços praticados no mercado, sendo admitida a utilização de tabelas de referência para sua determinação.</p>	<p>regulamento, com ajustes.</p>
<p>Art. 33. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação constarão de termos aditivos.</p> <p>Parágrafo único. Havendo acordo entre as partes, os contratos de titularidade da SES-DF e que envolvam a manutenção e o funcionamento das unidades sob gestão do IGESDF poderão, a qualquer momento, mas desde que estejam dentro do prazo de vigência, ser sub-rogados total ou parcialmente ao Instituto, conforme art. 15 da Lei n° 5.899/2017.</p> <p>Art. 34. Os contratos poderão, mediante justificativa, nas mesmas condições contratuais, ser aditados com acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, aplicando-se esse mesmo percentual para o caso particular de reforma de edifício ou de equipamento para os seus acréscimos.</p> <p>Parágrafo primeiro. Diante da ampliação assistencial conferida ao IGESDF, os objetos dos contratos vigentes que podem ser estendidos às demais unidades de saúde poderão ser aditados em percentuais superiores aos indicados no caput do art. 34, desde que devidamente justificado e dentro do prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação deste Regulamento.</p> <p>Parágrafo segundo. Os contratos celebrados poderão ser revisados ou ajustados a qualquer momento, com a finalidade de otimizar resultados em termos de qualidade e preço, em compatibilidade com a realidade de mercado, desde que seja vantajoso para o IGESDF.</p> <p>Art. 35. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Ato Convocatório, no contrato e neste regulamento.</p> <p>§ 1º Nos casos de dispensa ou inexigibilidade, o documento que substituir o contrato a que se refere o caput deste artigo deverá conter os requisitos mínimos do objeto e os direitos e obrigações básicas das partes.</p> <p>§ 2º Clausula do contrato deverá prever que a contratante se obriga a manter o fornecimento de bens e serviços, caso exista risco a vida dos pacientes, por, no mínimo, 90 dias ou até a celebração de contrato com outro fornecedor.</p> <p>Art. 36. Os contratos celebrados poderão ser revisados ou ajustados, unilateralmente, a qualquer momento, para:</p>	<p><b>CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS</b></p> <p>Art. 33. Os contratos firmados pelo IGESDF serão regidos pelas normas de Direito Civil, aplicando-se lhes, subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.</p> <p>Art. 34. O instrumento de contrato é obrigatório no caso de aquisições e contratações de serviços de forma contínua, bem como nas circunstâncias que gerem obrigações futuras por parte do contratado, salvo quando se tratar de bens para entrega imediata.</p> <p>§ 1º Os contratos serão escritos e formalizados com cláusulas que indicarão necessariamente o seu objeto, com a especificação da obra, serviço ou fornecimento, conforme o caso, o preço ajustado, o prazo de execução, as garantias.</p> <p>§ 2º Cláusula do contrato deverá prever que a contratada se obriga a manter o fornecimento de bens e serviços, caso exista risco a vida dos pacientes, por, no mínimo, 90 (noventa) dias ou até a celebração de contrato com outro fornecedor.</p> <p>§ 3º Tratando-se de bens com entrega imediata, o contrato poderá ser substituído por outro documento padrão aprovado pela Consultoria Jurídica, desde que contenha os requisitos mínimos do objeto e as obrigações básicas das partes.</p> <p>§ 4º No caso do Registro de Preços poderá ser assinada Ata de Registro de Preços que apresente o objeto da contratação, a obrigatoriedade de cumprimento a disposto no Edital e as assinaturas das partes envolvidas.</p> <p>Art. 35. Serão utilizadas minutas padrão de edital, extrato de edital e de contratos, aprovadas pela Consultoria Jurídica, bem com outros documentos que esta julgar pertinentes.</p>	<p>O tema relacionado aos contratos do novo regulamento (artigo 33) possui correspondência com o CAPÍTULO IX – CONTRATOS, do antigo regulamento, com ajustes redacionais em alguns dispositivos.</p>

<p><b>I</b> - redução de valores;</p> <p><b>II</b> - revisão das quantidades, mediante justificativa, vedada a ampliação dos valores unitários;</p> <p><b>III</b> - ajuste de prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, quando necessário, em razão de fatos supervenientes;</p> <p><b>IV</b> - ajuste do objeto por outros correlatos ou similares, mediante justificativa, quando for mais vantajoso para a gestão e operação das atividades;</p> <p><b>V</b> - reequilíbrio econômico-financeiro.</p>	<p>Parágrafo Único. No caso de utilização de minutas-padrão já aprovadas pela Consultoria Jurídica, fica dispensada a remessa do processo de contratação à referida unidade de assessoramento jurídico, desde que não haja alteração substancial nas cláusulas gerais dos modelos homologados.</p> <p>Art. 36. Por ocasião dos pagamentos dos serviços contratados ou dos bens fornecidos, deverá ser requerida nota fiscal, nos quais constarão o nome completo do beneficiário, descrição do bem ou serviço prestado, bem como o ateste pela área responsável e demais documentos exigidos em contrato.</p>	
<p>Art. 37. O contrato deverá prever que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras.</p> <p>Art. 38. O contrato deverá ser extinto nos casos de impossibilidade material ou jurídica de execução do objeto.</p> <p>Art. 39. Os resumos dos contratos ou de outros documentos de despesas na forma do art. 28, bem como de seus termos aditivos, deverão ser publicados no sítio eletrônico do IGESDF na rede mundial de computadores, ao menos trimestralmente, permanecendo disponíveis por no mínimo 5 (cinco) anos.</p> <p>Art. 40. Os fornecedores poderão recorrer dos atos praticados pelo IGESDF, no prazo de três dias úteis a contar da divulgação do resultado, nos casos de:</p> <p><b>I</b> - resultado do processo de Seleção de Fornecedores</p> <p><b>II</b> - indeferimento do pedido de inscrição no Cadastro de Fornecedores, sua alteração ou cancelamento;</p> <p><b>III</b> - rescisão, resilição ou resolução do contrato, por descumprimento de suas cláusulas;</p> <p><b>IV</b> - penalidade aplicada.</p> <p>Art. 41. A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar as seguintes penalidades, assegurado o direito de defesa:</p> <p><b>I</b> - advertência;</p> <p><b>II</b> - multa, na forma prevista no Ato Convocatório ou no contrato;</p>	<p><b>SEÇÃO I – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS</b></p> <p>Art. 37. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.</p> <p>§ 1º Considera-se repactuação a alteração do valor de contrato que tenha por objeto a contratação de serviços continuados com fornecimento de mão de obra exclusiva, devendo ser precedida de solicitação da contratada, mediante a apresentação da planilha comprobatória dos custos.</p> <p>§ 2º Considera-se reajuste a recomposição do valor monetário do contrato, mediante aplicação do índice oficial previsto no instrumento contratual, podendo ser o IPCA ou o IGPM (o que for mais vantajoso ao IGESDF no momento da celebração do termo aditivo) e será calculado com base no acumulado apurado pelo Banco Central do Brasil, referente aos 12 (doze) meses que antecederem a data do orçamento (Pesquisa de Preço) feito pela área responsável;</p> <p>§ 3º No caso de reajuste contratual para os serviços de obras, será utilizado o índice setorial (INCC);</p> <p>§ 4º Considera-se realinhamento de preços o ajuste de vontades destinado a corrigir desequilíbrio econômico-financeiro, decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, que tenha tornado o contrato excessivamente oneroso para uma das partes, devendo ser precedido de solicitação da contratada, mediante</p>	<p>As alterações contratuais tratadas no novo regulamento (Seção I) possuem correspondência com o artigo 33 do antigo normativa, mas com ajustes e inclusão de novos parágrafos e incisos.</p>



<p><b>III</b> - suspensão de participação em Seleção de Fornecedores e impedimento de contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos;</p> <p><b>IV</b> - solicitação aos órgãos governamentais competentes da caracterização de inidoneidade; e</p> <p><b>V</b> - perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias oferecidas.</p> <p>Art. 42. A recusa injustificada em assinar o contrato, o instrumento de registro de preços ou em retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao participante da Seleção de Fornecedores as seguintes penalidades, na forma prevista no Ato Convocatório, no Elemento Técnico e/ou Instruções:</p> <p><b>I</b> - perda da contratação, sem prejuízo à indenização ao IGESDF por danos causados pela recusa;</p> <p><b>II</b> - suspensão do direito de participar de Seleção de Fornecedores ou contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.</p> <p>Art. 43. As sanções previstas nos arts. 41 e 42 poderão ter efeito cumulativo.</p>	<p>apresentação dos fundamentos fáticos e jurídicos da pretensão e a prova dos efeitos do fato alegado na execução do objeto contratado.</p> <p>Art. 38. O contratado deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>§ 1º Os contratos celebrados poderão ser revisados ou ajustados a qualquer momento, mediante termo aditivo, com a finalidade de otimizar resultados em termos de qualidade e preço, em compatibilidade com a realidade de mercado, desde que seja vantajoso para o IGESDF.</p> <p>§ 2º Os contratos celebrados poderão ser revisados ou ajustados, de comum acordo entre as partes, a qualquer momento, para:</p> <p>I- redução de valores;</p> <p>II - revisão das quantidades, mediante justificativa, vedada a ampliação dos valores unitários;</p> <p>III - ajuste de prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, quando necessário, em razão de fatos supervenientes;</p> <p>IV - ajuste do objeto por outros correlatos ou similares, mediante justificativa, quando for mais vantajoso para a gestão e operação das atividades.</p> <p>§ 3º Acréscimos superiores à 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato poderão ocorrer, em razão do aumento dos limites de atuação assistencial do IGESDF determinados pelo Poder Público, com as devidas justificativas e comprovada a necessidade da área demandante, bem como deverá ser autorizado pela Diretoria Executiva - DIREX do IGESDF.</p> <p>Art. 39. Os contratos terão prazo determinado, podendo ser prorrogados mediante justificativa fundamentada, somente podendo ser firmados contratos com prazos superiores a 60 (sessenta) meses quando se tratar de serviço cuja manutenção por período superior seja aprovada pela Diretoria Executiva.</p> <p>Art. 40. O IGESDF poderá, a qualquer tempo, proceder pesquisa de preços a fim de verificar se as condições contratadas permanecem vantajosas.</p>	
---	--	--

	<p>Art. 41. O contratado poderá subcontratar partes do objeto contratual, se admitido no Edital e no respectivo contrato, desde que mantida sua responsabilidade perante o contratante, mediante prévia comunicação ao IGESDF, sendo vedada a subcontratação com empresa que tenha participado da Seleção de Fornecedores, sendo vedada a subcontratação referente ao objeto principal da contratação.</p> <p>Art. 42. Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega do bem, a prestação do serviço, a realização da obra na forma e prazos contratados, assim como qualquer outro evento contratual cuja validade seja atestada pela área técnica do IGESDF.</p> <p>Art. 43. A prestação de garantia, quando prevista no Edital, cujo patamar será estabelecido em Resolução da Diretoria Executiva, consistirá em:</p> <p>I - caução em dinheiro;</p> <p>II - fiança bancária; ou</p> <p>III - seguro garantia.</p> <p>Parágrafo Único. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato ou da sua rescisão.</p>	
<p><b>CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS</b></p> <p>Art. 44. Os atos regulamentares necessários ao cumprimento deste regulamento, ressalvados os casos de competência do Conselho de Administração, serão baixados pela Diretoria, inclusive a forma de requisição interna de bens e serviços.</p> <p>Art. 45. É vedada a abertura de novo processo de Seleção de Fornecedores para contratação de obras, bens e serviços, no prazo de três meses da data de celebração do contrato ou de outro documento na forma do art. 28.</p> <p>§ 1º Caso seja necessário fazer nova contratação enquadrada no caput, deverá ser apurada a causa, e se for o caso, identificada a responsabilidade.</p> <p>§ 2º Não se enquadram no disposto no caput, obras, bens e serviços que, pela sua característica ou do mercado, bem como pela validade ou perecibilidade, tenham que ser adquiridos em periodicidades inferiores.</p> <p>§ 3º A observância do disposto neste artigo não configura fracionamento.</p>	<p><b>SEÇÃO II – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL</b></p> <p>Art. 44. Os contratos terão sua vigência iniciada no dia da data da última assinatura subscrita no instrumento, contando-se:</p> <p>§ 1º - Se o dia do vencimento cair em dia em que não haja expediente na área administrativa do IGESDF, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.</p> <p>§ 2º - Meado considera-se, em qualquer mês, o seu décimo quinto dia.</p> <p>§ 3º - Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.</p> <p>§ 4º - Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.</p> <p>Art. 45. O fornecedor deve declarar, no ato da entrega da proposta e no ato de assinatura do instrumento contratual, que tem ciência de que o IGESDF executa sua atividade mediante Contrato de Gestão firmado com ente público e que sua a</p>	<p>A Seção II – Da vigência contratual foi inserida no novel regulamento, não havendo correspondente no anterior.</p>

	<p>rescisão ou não renovação importará em rescisão automática dos instrumentos firmados para as contratações e aquisições, sem que caiba, a qualquer das partes, direito a multa, indenização, retenção, compensação, perdas e danos então decorrentes do mencionado encerramento contratual, sem qualquer ônus para as partes.</p> <p>Parágrafo Único. Caso seja de interesse do poder público, os contratos vigentes no momento da rescisão ou não renovação do contrato de gestão poderão ser sub-rogados em seu favor.</p>	
<p>Art. 46. Não poderão participar da Seleção de Fornecedores nem contratar com o IGESDF:</p> <p><b>I</b> - dirigente ou empregado do IGESDF;</p> <p><b>II</b> - servidor público detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, que possa ter conflito de interesse com a entidade;</p> <p><b>III</b> - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas elencadas nos inciso I e II;</p> <p><b>IV</b> - pessoas jurídicas nas quais as pessoas elencadas nos inciso I a II tenham participação societária.</p> <p>Parágrafo único. Para fins deste artigo entende-se por participação societária a participação individual direta como acionista ou sócio, nos 12 meses anteriores, respectivamente, superior a 0,3% (três décimos por cento) no capital social de sociedade por ações ou outras modalidades que admitam acionista, ou superior a 2% (dois por cento) no capital social de sociedade limitada ou outras modalidades empresariais.</p> <p>Art. 47. Os prazos estabelecidos neste regulamento são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, somente se iniciando e vencendo em dia de expediente no IGESDF.</p> <p>Art. 48. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.</p> <p>Art. 49. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais leis ou normativos federais ou distritais de licitações e contratos públicos não se aplicam, nem de</p>	<p><b>SEÇÃO III – DAS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS</b></p> <p>Art. 46. A vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuado e fornecimento de itens padronizados ou adquiridos de forma recorrente, estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:</p> <p>I – houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei; ou</p> <p>II – houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrente de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento.</p> <p>Art. 47. Caberá à Gerência de Contratos, até o 90º dia que antecede ao término de vigência do contrato, solicitar à área demandante informações acerca da impossibilidade ou eventual desinteresse na manutenção da relação jurídica com o Contratado.</p> <p>Parágrafo Único. Na ausência de manifestação da área demandante, no prazo assinalado pela Gerência de Contratos, presumir-se-á a existência de interesse na prorrogação do contrato.</p> <p>Art. 48. Os procedimentos necessários à efetivação de prorrogações contratuais serão regidos por Resolução da Diretoria Executiva.</p>	<p>Seção III – das prorrogações contratuais inserido no novo regulamento, sem correspondente no anterior.</p>

<p>forma complementar ou subsidiária, ao processo de contratações do IGESDF.</p> <p>Art. 50. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no art. 2º, XVIII, da Lei nº 5.899, de 3 de julho de 2017, no art. 15 do Decreto nº 38.332, de 13 de julho de 2017, e o art. 51 e 60 do Estatuto do IGESDF. Parágrafo único. O regulamento próprio de compras e contratações deverá estar disponível no sítio eletrônico do IGESDF na rede mundial de computadores.</p>		
	<p><b>CAPÍTULO IV – DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL</b></p> <p>Art. 49. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal cabíveis ao fornecedor, o descumprimento do contrato poderá acarretar as seguintes penalidades, precedido do devido processo legal, ampla defesa e o contraditório:</p> <p>I – advertência;</p> <p>II – Multa nos seguintes percentuais:</p> <p>a) 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor total da aquisição, até o limite de 30 (trinta) dias, no caso de atraso injustificado;</p> <p>b) 10% (dez por cento), cumulativamente, sobre o valor total da aquisição, após 30 (trinta) dias de atraso injustificado;</p> <p>c) O atraso injustificado de entrega dos itens superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do objeto, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente do IGESDF;</p> <p>d) 10% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial ou infração contratual;</p> <p>e) 20% sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total ou quando ficar caracterizada a recusa do cumprimento das obrigações.</p> <p>f) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Elemento Técnico e/ou Edital, ressalvadas aquelas</p>	<p>Capítulo inserido no novo regulamento, com inovações e ajustes. Foi verificada correspondência de alguns dispositivos do antigo normativo: 41 e 42, relacionados às penalidades.</p> <p>Destaco que o artigo 49 do antigo regulamento não foi reproduzido no novel normativo.</p>

	<p>obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.</p> <p>g) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese da CONTRATADA ensejar a rescisão das obrigações assumidas e/ou sua conduta implicar em gastos ao CONTRATANTE superiores aos registrados.</p> <p>§ 1º Caso haja uma situação que se enquadre em dois ou mais casos de multa, o IGESDF poderá utilizar a multa mais elevada.</p> <p>§ 2º O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos autoriza o Contratante, a seu critério, a não aceitar o fornecimento dos itens solicitados, de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida pela Contratada e, podendo ainda, promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.</p> <p>§ 3º A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus.</p> <p>§ 4º Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do IGESDF, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua notificação para efetuar o pagamento da multa.</p> <p>§ 5º Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto no § 4º, proceder-se-á a cobrança judicial da mesma.</p> <p>III – suspensão de participação em Seleção de Fornecedores e impedimento de contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos;</p> <p>IV – solicitação aos órgãos governamentais competentes da caracterização de inidoneidade; e</p> <p>V – perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades no instrumento convocatório.</p> <p>Art. 50. As sanções previstas no artigo 49 poderão ser aplicadas cumulativamente.</p> <p>Art. 51. Em caso de risco iminente, o IGESDF poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da contratada.</p> <p>Art. 52. A recusa injustificada em assinar o contrato, o instrumento de registro de preços ou instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação</p>	
--	---	--

	<p>assumida e poderá acarretar ao participante da Seleção de Fornecedores as seguintes penalidades, na forma prevista no Edital, no Elemento Técnico e/ou Instruções:</p> <p>I - perda da contratação, sem prejuízo à indenização ao IGESDF por danos causados pela recusa;</p> <p>II - suspensão do direito de participar de Seleção de Fornecedores ou contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.</p> <p>Art. 53. O processo de aplicação de penalidades será instruído pela Gerência de Contratos, mediante provocação do fiscal do contrato, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>Parágrafo Único. O rito a ser seguido para aplicação de penalidades deverá ser regulamentado por resolução da Diretoria Executiva do IGESDF.</p> <p>Art. 54. Os casos omissos no presente Regulamento ou que necessitem de instruções complementares, serão dirimidos pela Diretoria Executiva.</p> <p>Art. 55. Esse Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser observada e eficácia limitada da norma, no tocante aos dispositivos que dependem de regulamentação da Diretoria Executiva, aos quais a plena vigência se dará com a publicação das respectivas resoluções.</p> <p>Parágrafo Único: As resoluções que comporão esse regulamento editadas pela Diretoria Executiva, deverão ser publicadas e anexadas no prazo máximo de 30 dias, a contar da aprovação do presente regulamento pelo Conselho de Administração.</p>	
--	--	--

O destaque em vermelho significa alterações/ inovações.